

O TRIUNFO DAS ELITES* OU O ÊXITO DA RETÓRICA

Martins J. C. Mapera**

Chegara mesmo ao ponto de pensar que a escuridão em que os cegos viviam não era, afinal, senão a simples ausência da luz, que o que chamamos cegueira era algo que se limitava a cobrir a aparência dos seres e das coisas, deixando-os intactos por trás do seu véu negro. Saramago (2016, p. 21)

Resumo

Este artigo analisa a noção da retórica enquanto artefacto de construção discursiva que se revela de múltiplas formas na literatura contemporânea. Desta forma, demonstra-se que esta ideia não só foi marcante nos percursores das literaturas africanas em língua portuguesa, como continua presente no universo literário dos escritores moçambicanos da chamada geração II mil. Com efeito, parte-se da premissa de que o exercício retórico, concretizado através da anglicização das utopias e distopias na obra *Moçambique com Z de Zanolho* (2018), de Manuel Mutimucuío, denota os mecanismos de efabulação a que o escritor recorre para a invenção e valorização das peculiaridades estilísticas.

Palavras-chave: Retórica; estilística; anglicização e utopias

* Esta expressão que rotula o presente artigo é título de um capítulo da obra *Moçambique com z de zanolho*, de Manuel Mutimucuío.

** Martins José Chelene Mapera, moçambicano, Doutor em Estudos Culturais pelas Universidades de Aveiro e do Minho, Director da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades, na Universidade Zambeze, professor de Sociologia da Cultura, no Curso de Doutoramento em Língua, Cultura e Sociedade, lecciona os módulos de Literatura Cabo-verdiana e Guineense e Interações e Práticas Discursivas nos cursos de mestrado e doutoramento, da Universidade Pedagógica. Lecciona, igualmente, as disciplinas de Linguística do Discurso e Português Avançado, no curso de mestrado em Literatura e Língua Portuguesa; Semiótica, Semiologia da Comunicação e Imagem do Discurso, no curso de licenciatura em Ciências da Comunicação, na Universidade Zambeze. Publicou vários artigos científicos pela revista *Forma Breve*, da Universidade de Aveiro, publicou *Realismo e lirismo, em Terra sonâmbula, de Mia Couto, e Chuva braba, de Manuel Lopes* (2015), tese de Doutoramento; *Poema aberto e a tela da diversidade* (2017); *Cinzas de cão: ensaios críticos de literatura* (2018). Artigo desenvolvido no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”, financiado pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia Universidade Zambeze, Moçambique.
E-mail: jose.mapera@ua.pt

A retórica como fundamento estilístico na literatura

Quando li a frase de José Saramago, escrita no século passado, fiquei cheio de interrogações. Um dos questionamentos era saber como seria possível, na atual geração de eruditas, apresentar e traduzir, sem dissimulação, uma escrita eloquente, robusta, de raça. A frase citada que pertence a um dos maiores ficcionistas de língua portuguesa soava-me aos ouvidos com certa indiscrição retórica. Nisto tudo, cabe uma explicação que não pode ser negligenciada. Na história da cultura europeia, por exemplo, e, conseqüentemente, no caso português, a filosofia anti-retoricista surge contra o retoricismo dos séculos XVIII e XIX, decorrente da revolta dos autores mais liberais e criativos, contra a pedagogia da retórica pela retórica. Melhor dizendo, havia uma aversão à imposição de uma técnica como fim em si própria: a técnica aristotélica da arte poética, fundamentada, essencialmente, na mimese. Os resultados dessa revolta repercutem-se na contemporaneidade. A retórica foi, desde sempre, uma disciplina normativa e formativa dos espíritos novos. Ela é usada não só com a finalidade de convencer e persuadir, mas também com o intuito de deleitar o leitor ou o ouvinte através de figuras e de tropos, aplicados para enfeitar conceitos e tornar a frase consonante (cf. Fernandes, 2004, p. 11)¹. Frequentes vezes, a leitura de textos escritos com fundamento em recursos retóricos levava a que autores e oradores se ocupassem de discursos vãos e desprovidos de conteúdo, para agradar a auditórios inúteis. Correlativamente, esta pedagogia fazia com que o objeto de estudo do texto literário fosse, essencialmente, a retórica, a estética, como nos ensina Roman Jakobson, na passagem seguinte: “o objeto da ciência da literatura não é a literatura, mas a literariedade, isto é, o que faz de uma determinada obra uma obra literária” (Aguiar e Silva, 2018, p. 15).

O que se pretende mostrar é, com alguma razão, e como bem disse Raul Manuel Fernandes, que a retórica é um processo assimilado, de geração em

1 Raul Miguel Fernandes escreve, no dia 22 de Agosto de 1970, o prefácio à edição portuguesa da obra de Henrich Lausberg, intitulada *Elementos de Retórica Literária*. Nesse prefácio, Fernandes faz um ensaio perfeito sobre a retórica, elucidando as causas que motivaram a abolição do seu estudo, sobretudo no século passado, sob pretexto de que pela eliminação da disciplina “se deixaria de pôr em perigo o bom gosto e a integridade mental das gerações de estudantes do estilo” (Fernandes, 1970, pp. 7-11). O certo é que, ainda hoje, é impossível ignorar a Retórica, como arte de palavra, sobretudo nos estudos filosóficos, na cultura, no direito, nos estudos sociológicos, na política, na antropologia e na religião.

geração, geralmente, “inconscientemente”, que se manifesta na literatura de forma pragmática e idiossincrática.

Inconsciente ou não, ela é, inevitavelmente, um processo que se manifesta de forma mais diversa na contemporaneidade. Ainda assim, hoje, a retórica não se configura como um objecto da retórica, pelo contrário, a sua utilidade centra-se na necessidade de melhor compreender as maneiras como o escritor “tenta” valorizar o estilo peculiar. Esta preocupação é notória na escrita literária dos escritores moçambicanos, dos que ousou chamar geração II mil.

António Manuel Ferreira diz, no primeiro parágrafo do texto “Sátira e lamento: os contos de João Melo”, que “nas literaturas africanas escritas em português, a história e a política são (...) duas estruturas semânticas fundamentais” (Ferreira, 2017, p. 385). Afirmo isso, com certa acuidade, porque durante os longos anos de dominação cultural, a literatura tinha definido a sua linha de orientação para a construção de temáticas que funcionavam como pressupostos de emancipação, simultaneamente, com “as tentativas de elaboração dos contornos teóricos da nacionalidade” (Ferreira, 2017, p. 385).

Quem lê, por exemplo, João Albasini, fica, muito provavelmente, com essa noção da geração de escritores preocupados com o nacionalismo e com a emancipação, bem clara. Vejamos uma passagem escrita numa missiva ao Governador Geral Freire d’Andrade², por Albasini: “não me interessa senão a boa administração porque eu sou filho d’esta desgraçada província, porque eu quero o meu país (sic) em prosperidade” (cf. Braga-Pinto & Mendonça, 2012, p. 79). As considerações de João Albasini, datadas de 1909, questionam a ação do colonialismo e são um claro protesto dirigido ao governador, por causa dos maus tratos a que os “desgraçados presos” do sistema escravagista em Inhambane³ estão sujeitos. Nesse protesto, há um questionamento impecável, feito ao chefe de gabinete de António Ennes: “a humanidade caminha para a perfeição?” (Braga-Pinto & Mendonça, 2012, p. 79). Segundo julgo, esta interrogação sintetiza a formulação de uma retórica enérgica elaborada por João Albasini, suscitando, na altura, o desenvolvimento de uma consciência de luta pela liberdade e pela independência cultural e social.

2 Cf. nota número 91 da obra intitulada *João Albasini e as luzes de Nwanzengele: jornalismo e política em Moçambique 1908-1922*, compilada por César Braga-Pinto e Fátima Mendonça.

3 Inhambane foi a *maison des esclaves*, um posto de passagem fundamental devido à sua localização estratégica junto ao mar. Em Inhambane havia três postos principais, nomeadamente: Inhambane Céu, Maxixe Velha e Coche, em Morrumbene.

Consequentemente, e sobretudo no período pós-independências [cito aqui José Eduardo Agualusa, de Angola, com a sua *Teoria geral do esquecimento* (2012); Germano Almeida, de Cabo Verde, que publicou, em 2010, um romance estupendo intitulado *A morte do ouvidor*, reportando um caso historiográfico de 1761; de Moçambique, surgiram vozes sonantes, como José Craveirinha, com uma obra poética vasta; os contistas e romancistas Mia Couto, Paulina Chiziane, Ungulani Ba Ka Kosa, e muitos outros escritores militantes das revistas culturais *Charrua* e *Xiphexo*, assim como de autores novos, que fazem parte da geração II mil], a atividade artística e cultural tornou-se num campo de produção diversificada e afigura-se essencialmente interessante a que retoma a história, a política e a cultura como instrumentos de observação e questionamento. Tornou-se, por assim dizer, num cosmos de pura transição de um percurso de afirmação altamente contemplativa e eminentemente politizada do espírito do povo para a formação do espírito do tempo que, tendo igualmente características políticas, amplia o campo de indagação, convocando as áreas de Antropologia, religião, ética, Filosofia, Sociologia e também das ciências literárias. E é no livro *Moçambique com z de zarolho*, de Manuel Mutimuciuo, publicado em 2018, que melhor se certifica a persistência temática, que permite reconfigurar as questões histórico-político-filosóficas da sociedade moçambicana.

A anglicização da retórica

A capa do livro de Mutimuciuo dialoga, perfeitamente, com o título que é uma das construções bastante sugestivas e arrojadas das produções literárias da geração II mil. A criatividade com que se construiu o título configura uma das formas insípidas de titulação de um livro romanesco, porquanto, curiosamente, ao longo dos capítulos não há nenhuma passagem que retome, de forma clara, a expressão “Moçambique com z de zarolho”. Porém, os contornos semânticos e os movimentos diegéticos neles plasmados remetem, sem dúvida, a conclusões problemáticas sobre o território romanesco e desconstroem os significados expressivos efabulados pelo título.

A noção de braquimetropia tem, por conseguinte, um conteúdo inteiramente político, que só pode ser corretamente percebido se tivermos em conta a relevância da história na obra do autor. Embora o termo “zarolho” não apareça ao longo do texto, o facto de ser usado para título do romance acaba por gafar o sentido global

da obra. E é interessante o aproveitamento que se faz da consoante palatina “z” na ortografia da palavra “Mozambique” na versão inglesa, como que para atestar o desejo do presidente da república de tornar o país anglo-saxónico. Este desejo vem, até certo ponto, materializar os objectivos de adesão de Moçambique à organização dos países da Commonwealth, desde 1995. Contudo, note-se que, se bem que resulte de um processo criativo, a rendibilização semântica da história não é negligenciável, porquanto “zarolho” é um termo muito forte, que sintomatiza, na minha opinião, o êxito da retórica decorrente de uma caligrafia complexa à luz dos traços da sua simplicidade, e percebemos verdadeiramente o seu significado quando terminamos a leitura do capítulo intitulado “O triunfo das elites”, sendo obrigados, então, a reconsiderar o livro na sua globalidade. O pragmatismo semântico é a característica principal do texto romanesco do autor, se considerarmos, por outro lado, a clareza demonstrada no seu primeiro romance *Visão*, publicado sob a chancela da Editorial Fundza, em 2017.

Para compreendermos a importância do romance como instrumento operante da comunicação, retomo um parágrafo importante da obra *Realismo e Lirismo em terra sonâmbula, de Mia Couto, e Chuva braba, de Manuel Lopes*, de Martins Mapera:

quando se está perante o romance, a percepção que se tem da mensagem *a priori* não é a conceção de literatura, muito menos do significado “romance”, mas as palavras e a sintaxe de um sistema que é a língua utilizada como instrumento de comunicação pelo homem comum no interior de uma comunidade linguística. (Sodré, citado em Mapera, 2015, p. 95)

A percepção da mensagem romanesca permite entender, de forma clara e irrefutável, o grau de consciência que os espíritos mais sublimes da arte têm do conteúdo, ou a sua percepção da imaterialidade do texto, e como mesmo eles são incapazes de chegar à intuição da verdade e da objetividade.

Em *Moçambique com z de zarolho*, por exemplo, Mutimuciuo fala de uma hipotética discussão que se deu na assembleia da república em torno do tema sobre a “Lei do Renascimento de Moçambique”, que levou alguns intervenientes a perderem a esperança de desenvolvimento. Esse incidente parlamentar – a transformação do “Inglês para língua oficial de Moçambique” – conduz os deputados a darem conta de que “a maior parte da população merece ter o domínio da cultura” e “esta lei, infelizmente, deixa-as desprovidas até de identidade” (Mutimuciuo, 2018, p. 31).

Falando desse epifânico projeto de lei, o narrador axial do romance transmite claramente a ideia de que a discussão deriva do facto de que acabava de ascender ao poder um governo “tecnocrata”, constituído por ministros e por um presidente portadores de “diplomas de doutoramento” (Mutimucuiu, 2018, p. 25), bem como havia um “ninho de moçambicanos que trabalhava em multinacionais e organizações não-governamentais” (Mutimucuiu, 2018, p. 33). Porém, segundo o entendimento de alguns deputados, a regalia que a minoria detém “não pode condicionar o futuro de todos os moçambicanos” (Mutimucuiu, 2018, p. 33).

Ora, é precisamente esta consciência da complexidade da condição política, social e cultural que orienta o debate a um nível desumano na assembleia da república, que se torna, ao fim e ao cabo, num fator condicionador da situação humana dos moçambicanos. O conceito de “renascimento moçambicano”, não raras vezes referido nos discursos políticos, é explicado da seguinte forma na obra, pelo presidente da assembleia da república:

desde os tempos da Linha da Frente, do exílio na Tanzânia e na Zâmbia, nas relações das nossas famílias que atravessam as fronteiras do Zimbabwe, Malawi, Suazilândia, África do Sul, o Inglês faz parte de nós. Foi um instrumento de luta contra o colonialismo português e une a família da África Austral que foi dividida pelas linhas da agressão colonial europeia. Hoje, o Inglês é a língua oficial de 54 países do mundo, 44 outros países e territórios usam-no como língua primária. Com o Português, fazemos parte de um clube de 8 países e um território. Compatriotas, os números não mentem. Neste tipo de debate vale sempre a pena buscar exemplos. O Ruanda passou por esta experiência, tendo sido colónia francesa. Para reforçar a integração regional com o Uganda, o Quênia e a Tanzânia, acolheu o Inglês e hoje é uma das nações respeitadas de África. Caros compatriotas, Portugal deve continuar a ser o nosso amigo, mas nós também somos amigos da China e não falamos ou pretendemos falar mandarim como língua oficial do nosso país. (Mutimucuiu, 2018, p. 36)

É certo que a rendibilidade discursiva do posicionamento presidencial nas suas diferentes dimensões semânticas, que apenas se mostram à intuição linguístico-cultural – melhor, à experiência cultural da realidade dos países vizinhos –, não se enquadra na realidade do país, porquanto num caso (o facto de alguns moçambicanos se exilarem em certos países da região) somos levados ao abismo público, considerando que não se pode tomar o exemplo como um paradigma de expatriação de uma nação; no segundo (outros países e territórios usam-no

[o Inglês] como língua primária) levanta-se a velha discussão do plurilinguismo, considerando que em Moçambique, nem o português consegue ser língua materna de maioria da população e, finalmente, no terceiro, consubstancia-se o argumento na base do qual se funda a crítica basilar do romance. Explica-se então o “Renascimento de Moçambique” como plataforma fundamental do “triumfo das elites”, porque, segundo o narrador principal da história, “parecia ir na contramão” (Mutimucuiu, 2018, p. 64) do mito fundacional de Eduardo Mondlane, segundo o qual era preciso conhecer o “feitiço do homem branco” (Mutimucuiu, 2018, p. 64) para alcançar a liberdade, o que passa por aprender a sua língua e ler os seus livros que escondiam os fundamentos da sua dominação.

O discurso do presidente termina com uma informação anedótica, mas muito semanticamente profunda:

quando estava a estudar na Inglaterra, os bolseiros de outros países africanos eram numerosos e eram predominantemente oriundos de zonas rurais. Escuso-me dizer que os moçambicanos perdem inúmeras oportunidades de bolsas de estudos para melhores universidades do mundo porque os patrocinadores simplesmente não conseguem encontrar candidatos fluentes em Inglês. A outra realidade triste é que os poucos que reúnem estes requisitos tecnicamente não precisam de bolsas, de outra forma não teriam frequentado o ensino em escolas internacionais. (Mutimucuiu, 2018, p. 37)

O aspeto de adoção do Inglês como língua oficial, um dos mais estritos e objetivos manifestos de uma realidade vital, revela-se de forma clara pela primeira vez numa obra literária, surgindo como uma nova perspetiva de debate da complexa discussão sobre o futuro, na base de um argumento raro de que o “colono de hoje é invisível” (Mutimucuiu, 2018, p. 65). A limitação das considerações de Eduardo Mondlane reside, porém, no facto de pensar que a partir da aprendizagem e domínio da língua portuguesa se podia dominar a complexa estrutura do mundo. Essa conceção era válida nessa altura, considerando que a realidade não se mantém estática para todos os tempos. E é no seguimento da sofisticação do tempo que o parlamento romanesco proclama os benefícios do renascimento moçambicano.

Trata-se, pois, de um trabalho paradigmático de indagação político-sociológica, porquanto recorre à estética clássica para questionar e maquinar dúvidas sobre uma realidade aparentemente inusitada, acendendo uma discussão retórica muito interessante no contexto sociopolítico moçambicano. Como o assunto é de dimensão social muito grande, a discussão inicia-se na casa do deputado Djassi,

envolvendo Paloma, sua esposa, os filhos Kevin e Quest e o empregado Hohlo, cujo enredo exemplifica o enraizamento do sistema de divisões clássicas, como está expressamente patente na passagem seguinte: “o dono da casa respondeu de forma calorosa, mas ao não precisar reciprocamente o ‘bom dia’ deixou claro como estavam distribuídas as relações de poder” (Mutimucuo, 2018, p. 17). Ao nível da nomenclatura, a discussão tem origem na figura do presidente da república, coadjuvado por alguns parlamentares, incluindo o respetivo presidente da assembleia. Porém, há muito ceticismo sobre a utilidade da lei, que se manifesta, ao nível do texto, através da aplicação de estratégias retóricas.

Se pretendêssemos enveredar pelos trilhos de certas teorias hodiernas, talvez pudéssemos dizer que o parlamento é um espaço político alienado – e é, não há dúvida – sendo a discussão da lei do renascimento a sustentação de um pensamento que não permite a consolidação da identidade moçambicana, porque não valoriza a herança cultural e muito menos as línguas nacionais de origem bantu.

Tudo isto é importante para quem entende a literatura como um campo de conhecimento que não se restringe aos mecanismos esteticistas e clausurantes. Mas, porque não existe uma teoria que satisfaça as minhas inquietações, sou a favor de muitas – como dizia, mais ou menos, António Manuel Ferreira a propósito da homossexualidade. O que me importa é o caso humano, independentemente das teorias canonizadas. Por isso, está claro que a verdadeira vítima do episódio atinente ao “renascimento moçambicano” não é a personagem Djassi, ou os parlamentares que o apoiavam, mas o povo, os desfavorecidos representados no romance pelos empregados domésticos, como Hohlo e Saquina, pois são eles que continuam com restrições de acesso à informação e a todo o sistema de desenvolvimento que depende essencialmente do domínio da língua, bem como dos privilégios intrínsecos ao trabalho condigno. Vejamos esta passagem textual muito interessante para elucidar o nível de frustração de Djassi após a aprovação oficial da lei do renascimento:

o governo havia designado espaços de tolerância onde ainda se podia falar Português ou qualquer outro idioma local (...) Quando, entretanto, as buscas atingiram a cidade cimento, Djassi fugiu com a família para África do Sul. Não conseguiu asilo político porque o governo local não queria irritar Maputo, mas fruto da boa vontade de um conhecido conseguiu um local para se abrigar até que tempos mais calmos voltassem à Pérola do Índico. (Mutimucuo, 2018, p. 43)

Como consequência imediata das deliberações parlamentares, a frustração não afectou somente a Djassi, que foi “incapaz de influenciar” (Mutimucuiu, 2018, p. 42) a decisão sobre um aspecto que acreditava ter o supremo interesse nacional, mas, igualmente, a Cebola, seu motorista, que esperou, “sem se irritar”, enquanto o patrão dormia o sono do desencanto, no carro, após o chumbo dos seus argumentos no parlamento e, obviamente, ao empregado Hohlo, que perdeu o precioso emprego doméstico, vendo-se “abandonado em um universo de ruas sem saída”⁴ e sem esperança de alcançar o domínio da língua portuguesa como pressuposto de ascensão social.

A fuga do deputado Djassi para a África do Sul foi o apogeu da revolta, na medida em que ele defende os interesses das minorias, dos bairros de alta incidência de analfabetismo. Contrariamente, ao nível de família, a aprovação da lei favoreceu ao menino Kevin, que já estudava numa escola de “gestão indiana em que todo ensino era ministrado em inglês” (Mutimucuiu, 2018, p. 18) e à própria esposa – Paloma – que tinha conseguido um trabalho, cujo marido não o conhecia, a partir do qual acumulou riqueza suficiente para a sobrevivência emocional.

A retórica do linchamento das utopias

Num tom mais plangente e perfeitamente assertivo, *Moçambique com z de zarolho* surge como um instrumento de questionação sociológica, corporizando vários temas. O ludismo semântico do romance começa logo no recurso ao termo “zarolho” como adjectivação essencial não só de Moçambique, colónia portuguesa, mas, igualmente, e de forma indireta, dos países africanos colonizados pela Inglaterra; e continua através de um processo de caracterização das línguas e das personagens, desvendando a situação social e cultural de cada uma, por meio de selecção de palavras precisas e como que encantadas com a sua precisão. Portanto, Moçambique e os países de expressão anglo-saxónica distinguem-se pelo valor da língua do colonizador. A notícia sobre a substituição do Português pelo Inglês gerou uma “luta entre classes sociais”, porque representava a alteração de *status quo* (Mutimucuiu, 2018, p. 26) da ala conservadora que via na mudança algo utópico e prejudicial para o país.

4 Cf. o prefácio do romance *Moçambique com z de zarolho*, escrito por Oz Iazdi.

Esta forma de escrever o romance encontra analogia no intertexto das literaturas de fratura temática que conciliam a pertinência dos eventos e a expressão artística. O último capítulo do romance, por exemplo, demanda um certo realismo integral circunscrito na temática dos “linchamentos”. E pensando na atenção que Manuel Mutimucuiu presta ao quotidiano da vida, não apenas no trabalho literário, mas também na sua atividade como ativista da Visão Mundial e estudioso de governação e de desenvolvimento, não seria estranho que o texto tratasse da questão dos “linchamentos”, considerando que a realidade moçambicana é fundamentalmente assinalada por problemas políticos e antropológicos, que constituem principais preocupações das Ciências Sociais e Humanas. Insistindo, ao longo do texto, na necessidade de acentuar a natureza mais desoladora das personagens, o escritor delinea um universo humano repleto de tons sombrios, permitindo, no entanto, uma espécie de resgate do real e da estética, através da mobilização e da reconfiguração dos preceitos realísticos. O enredo sobre o linchamento põe à tona a fragilidade dos órgãos de segurança no território romanesco, fazendo com que as pessoas percam confiança e recorram à justiça pelas próprias mãos. Vejamos a discussão seguinte, que denota amplamente o nível de extenuação das pessoas:

polícia? Polícia? Este gajo não conhece a polícia. Apesar de agora serem chamados “Police” não mudou nada. Vão chegar aqui e esse patrão, que parece estar cheio de taco, vai orientar os gajos e o caso vai morrer antes de ter nascido. (Mutimucuiu, 2018, p. 122)

Friedrich Nietzsche, no seu clássico ensaio *A vontade de poder*, tem o cuidado de frisar, de forma pragmática, o seguinte: “as pessoas satisfazem-se com uma exigência *maior* à sua credulidade e fé, com uma renúncia a todo o direito de raciocínio quanto ao exame do seu credo, como um ‘Ideal’” (Nietzsche, 2012, p. 140). Ora, no fragmento extratado do romance, não existe confiança e fé pelo trabalho da “police”, pois, na ótica das personagens, o “caso vai morrer antes de ter nascido”, porque, apesar da mudança do sistema com o advento da lei de renascimento moçambicano, “não mudou nada”. O fragmento apela a um momento de reflexão sobre o comportamento do sistema de segurança assim como da estrutura orgânica das forças da lei e ordem.

O narrador compraz-se na arte manipuladora da realidade, obrigando o leitor a imiscuir-se na efabulação e encarnar as características e os sentimentos das personagens, não negligenciando, entretanto, o encadeamento lógico dos eventos. A temática de “linchamento” torna-se, por assim dizer, num substrato ancilar

das contradições sociais geradas pela confluência de interesses diegéticos do romance. Foi, obviamente, por causa desses interesses que a personagem Hohlo foi tacitamente confundida com um violador de mulheres e raptor de menores, e sofreu as consequências que, habitualmente, a sociedade adota em circunstâncias similares, principalmente nas zonas urbanas do território romanesco.

A visão realística manifesta-se, sobretudo, no tratamento das personagens e dos episódios romanescos. Atente-se, por exemplo, na maneira como é apresentada a história final, que é também da personagem Hohlo no início do nono parágrafo:

suprimida a boca inibidora de mea-culpa de Marcos, a multidão ganhou sentido de propósito e preparou-se para linchar o violador de mulheres e crianças indefesas. Uma adolescente sugeriu uma medida cirúrgica à medida que a implementava. De dois recipientes de óleo de 5 litros, regou a casota de Hohlo com petróleo. Enquanto o combustível escorria entre as chapas e ocasionalmente ripas de madeira, a multidão, em uníssono, gritava “Muhisse! Muhisse! Muhisse!”. A euforia desfaleceu, no entanto, quando não se conseguiu produzir lume para terminar o trabalho (Mutimuciuo, 2018, pp. 122-123).

A desvalorização da pessoa humana participa do intuito geral de representação da personagem com contornos de distorção grotesca, como acontece no breve retrato da desgraça do empregado de Djassi, em virtude de ter perdido o seu único emprego com a aprovação da lei de renascimento moçambicano. A desgraça ficou ainda mais acentuada quando soube que, aos 27 anos de idade, “era muito velho para o Estado apostar em si” (Mutimuciuo, 2018, p. 101). Os problemas de falta de emprego no país são desvendados como um sentimento profundo de pobreza das personagens. Apesar de não se ter conseguido “produzir lume para terminar o trabalho”, a lição fundamental que fica deste episódio é que o renascimento aludido não significa somente a mudança da língua portuguesa para o inglês, mas também a moralização da sociedade, pois, como sentença uma das personagens femininas, “de contrário, falar inglês com os mesmos hábitos e valores de ontem, equivale a colocar batom numa porca” (Mutimuciuo, 2018, p. 120).

No romance de Mutimuciuo, tornou-se claro que o impulso geral do mundo ficcional teria mais consequências e seria mais capaz de adaptar o futuro do que todos os acontecimentos políticos, desde o renascimento africano ao renascimento moçambicano. A ligação específica de todas as ideias do romance com

o contexto atual dos paradigmas políticos e económicos permite-nos pensar que desde a obra de René Dumont, como afirma Alfa Oumar Diallo, no artigo “Renascimento Africano e Desenvolvimento” (2011, p. 98), “a África negra partiu mal”, e tendo em conta a recente literatura sobre o futuro da África, principalmente as referências das instituições de Bretton Woods face aos desafios do século XXI, do Banco Mundial, e, de outro lado, as teorias dos líderes políticos africanos, a África constitui uma interrogação constante para os estudiosos, observadores políticos e ficcionistas.

Referências

- AGUIAR E SILVA, V. M. (2018). *Teoria da literatura*. Coimbra: Livraria Almedina.
- BRAGA-PINTO, C. & MENDONÇA, F. (2012). *João Albasini: e as luzes de Nwanzengele – jornalismo e política em Moçambique 1908-1922*. Maputo: Alcance Editores.
- DIALLO, A. O. (2011). Renascimento Africano e Desenvolvimento. *Revista Conjuntura Austral*, 2(6), 92-120. Retirado de <https://doi.org/10.22456/2178-8839.20575>
- FERNANDES, R. M. R. (1979). Prefácio à edição portuguesa. In L. Heinrich, *Elementos de retórica literária* (pp. 7-11). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERREIRA, A. M. (2017). Sátira e lamento: os contos de João Melo. In A. M. Ferreira (Ed.), *Forma breve 14: o conto, o cânone e as margens* (pp. 385-390). Aveiro: Departamento de Línguas e Culturas (DLC).
- IAZDI, O. (2018). Prefácio. In M. Mutimucuiu, *Moçambique com z de zarolho* (pp. 7-8). Beira: Editorial Fundza.
- MAPERA, M. J. C. (2015). *Realismo e lirismo em Terra Sonâmbula, de Mia Couto, e Chuva Braba, de Manuel Lopes*. Lisboa: Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora (CEMD).
- MUTIMUCUIO, M. (2018). *Moçambique com z de zarolho*. Beira: Fundza.
- NIETZSCHE, F. (2012). *A vontade de poder*. Lisboa: Alfanje Edições.
- SARAMAGO, J. (2016). *Ensaio sobre a cegueira*. Amadora: Leya, SA.